

São Paulo, 04 de Outubro 2019.

***Ao Excelentíssimo Presidente da Caixa Econômica Federal,  
Pedro Guimarães***

A categoria bancária mantém avanços importantes negociados historicamente e é uma referência global nos acordos trabalhistas. As conquistas são fruto da mobilização e união dos trabalhadores e o respeito à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que esse ano completa seu 27º ano. Além disso, os trabalhadores da Caixa se reúnem no Congresso Nacional dos Empregados do banco há 35 anos e mantém um acordo coletivo específico.

Em respeito às negociações nacionais, é fundamental que a Caixa Econômica mantenha seus acordos e compromissos com os trabalhadores. Reforçamos a importância das mesas permanentes entre a direção do banco e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE), que tenham caráter resolutivo por se tratar de questões trazidas pelos empregados da Caixa. É preciso resoluções eficientes e comprometidas, com mais transparência nas informações.

É essencial também que o banco mantenha a transparência em suas ações e apresente com antecedência todas as reestruturações propostas, com a possibilidade de negociação, em respeito à mesa de negociação e aos trabalhadores. É uma desestruturação do banco público, pois o banco está esvaziando áreas estratégicas que envolvem conhecimento, e não está suprimindo a falta de empregados das agências. Importante lembrar que cada mudança anunciada pelo banco impacta na vida de centenas de famílias. Os bancos públicos são instituições que administram dezenas de programas em setores como educação, saúde, moradia e elas têm como meta um papel social, e não apenas o lucro.

Os bancos públicos desempenham um papel fundamental na economia brasileira, pois são um importante instrumento de política econômica e de promoção ao desenvolvimento econômico e social. Reforçamos a importância da Caixa Econômica participar do Censo da Diversidade 2019, acordado na CCT e só respeitado pelo banco após pressão do Comando Nacional dos Bancários, com adesão durante o mês de outubro. O Censo é um instrumento fundamental para mapear a categoria bancária e proporcionar uma gestão mais inclusiva e justa, com oportunidades iguais para todos.

A categoria bancária exige processos mais objetivos e transparentes com a retirada da Gestão de Desempenho de Pessoas do MO 21182, que indica o descomissionamento arbitrário institucionalizado e prevê a ameaça frequente de mais descomissionamento sumário gerando como consequência o adoecimento dos trabalhadores. As formas de avaliação subjetiva, como o Revalida, demonstram maior ingerência do banco, e criam instabilidade e insegurança entre a categoria. A falta de informação com os funcionários que lhes permita planejar os próximos passos de suas carreiras, não demonstra compromisso com seus trabalhadores e induz, além disto, passa a impressão de que a própria direção não tem clareza dos rumos que pretende dar à instituição.

Entre os principais direitos conquistados pelos trabalhadores está o Saúde Caixa, que desde 2004 garante assistência à saúde dos empregados da Caixa. Por isso, é fundamental uma negociação para garantir aos trabalhadores acesso às informações sobre dados gerais do plano de saúde. Queremos manter a defesa do Saúde Caixa para Todos, na busca pela sustentabilidade do Saúde Caixa e por uma questão humanitária e de respeito ao acordo coletivo.

Como concessão pública, o banco precisa aumentar o número de funcionários, para melhor atender a população. É fundamental também a contratação de mais empregados na Caixa, em respeito à lei de cotas para PCDs (pessoas com deficiência), com exigência mínima de 5% no seu quadro funcional, além de diversas questões levantadas pelos trabalhadores, de acessibilidade nas unidades, que precisam ser solucionadas. Além disso, não podemos aceitar a falta de compromisso do banco em não garantir a assistência à saúde dos trabalhadores PCDs.

A Caixa contava com 101 mil empregados em 2014. Atualmente possui menos de 83 mil após diversos planos de aposentadoria incentivada, promovidos pelo governo Temer desde 2016. O desmonte da Caixa não prejudica apenas o bancário, que ficará sobrecarregado com a redução de trabalhadores, mas afeta diretamente a população, que terá o atendimento precarizado. Afeta também a economia já que a Caixa responde por 67% do crédito imobiliário no país.

Bancos públicos, contudo, são fundamentais porque têm funções que vão além da busca do lucro. Bancos públicos são essenciais porque há atividades e setores econômicos que os bancos privados não têm interesse em participar. Bancos públicos são necessários para viabilizar políticas econômicas e sociais de governos e para financiar setores e segmentos específicos. Essas instituições públicas são imprescindíveis para o desenvolvimento do país e para aumentar o bem-estar social.

Qualquer estratégia de governo minimamente comprometida com os interesses da população brasileira deveria estar centrada no papel dos bancos públicos no financiamento da indústria nacional. É preciso aumentar o crédito para que o Brasil volte a crescer.

